

Aula 07

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito
Constitucional - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Tulio Lages

14 de Agosto de 2025

Índice

1) Roteiro de Revisão - Direitos Sociais	3
2) Questões Estratégicas - Direitos Sociais - Instituto AOCF - Médio	13
3) Questionário de Revisão - Direitos Sociais	17
4) Referências Bibliográficas	20



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Para revisar e ficar bem-preparado no assunto, você precisa, basicamente, seguir os passos a seguir:

Rol dos direitos sociais iniciais (art. 6º, caput, da CF/88)

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

- Para facilitar a memorização, lembrar do mnemônico “**TTEMoS LaPiS DeMAIS**”.

T	• TRANSPORTE
T	• TRABALHO
E	• EDUCAÇÃO
Mo	• MORADIA
S	• SAÚDE
La	• LAZER
PiS	• PREVIDÊNCIA SOCIAL
De	• "DESAMPARADOS" = ASSISTÊNCIA AOS DESAMPARADOS
M	• "MATERNIDADE" = PROTEÇÃO À MATERNIDADE
A	• ALIMENTAÇÃO
I	• "INFÂNCIA" = PROTEÇÃO À INFÂNCIA
S	• SEGURANÇA

-Trata-se de um rol exemplificativo¹.

- Os direitos elencados no caput do art. 6º estão consubstanciados em norma de eficácia limitada e aplicabilidade mediata.

¹ STF – ADI 639.



Renda básica familiar (art. 6º, parágrafo único)

Art. 6º, parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária

- Trata-se de direito de todo brasileiro em situação de **vulnerabilidade social**.
- É garantida pelo poder público em programa **permanente** de transferência de renda.

As normas e requisitos de acesso do programa serão determinados em **lei**, observada a legislação fiscal e orçamentária.

Cesta Básica Nacional de Alimentos (EC nº 132/2023, art. 8º, caput e parágrafo único)

EC 132/2023, art. 8º Fica criada a Cesta Básica Nacional de Alimentos, que considerará a diversidade regional e cultural da alimentação do País e garantirá a alimentação saudável e nutricionalmente adequada, em observância ao direito social à alimentação previsto no art. 6º da Constituição Federal.

Parágrafo único. Lei complementar definirá os produtos destinados à alimentação humana que comporão a Cesta Básica Nacional de Alimentos, sobre os quais as alíquotas dos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, da Constituição Federal serão reduzidas a zero.

- A **Cesta Básica Nacional de Alimentos** (CBNA) foi criada em observância ao direito social à alimentação previsto no art. 6º da CF/88, com o objetivo de garantir uma alimentação saudável e nutricionalmente adequada.
- Os **produtos** destinados à alimentação humana comporão a CBNA serão definidos em lei complementar.

As alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços (art. 156-A) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (art. 195, V) serão reduzidas a zero sobre aqueles produtos.

Direitos dos trabalhadores urbanos e rurais (art. 7º da CF/88)

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- Há equiparação entre os direitos do trabalhador urbano e os do trabalhador rural.

Art. 7º, I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

- Os trabalhadores possuem direito à segurança no emprego.
- No caso demissão por justa causa, não há previsão de indenização.



- Trata-se de norma de eficácia limitada que exige lei complementar.

Art. 7º, II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - fundo de garantia do tempo de serviço;

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

- O seguro desemprego só o devido em caso de desemprego **involuntário** (II). Portanto, se o empregado pede demissão de seu emprego por livre e espontânea vontade, não possui direito ao seguro desemprego.

- Exige-se lei formal para a fixação do salário mínimo e veda-se que haja salários mínimos regionais ou que o salário mínimo sirva como indexador para qualquer finalidade inciso IV).

- Piso salarial (inciso V) é o menor valor de salário que pode ser pago para uma determinada categoria profissional, não sendo, portanto, sinônimo de salário mínimo (inciso IV).

Art. 7º, VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

- A possibilidade de redução salarial mediante convenção ou acordo coletivo é excepcional: a regra é a irredutibilidade salarial (inciso VI).

- Apenas os trabalhadores de baixa renda têm direito ao salário-família (inciso XII).

- Há a possibilidade da redução da jornada de trabalho, faculdade que pode ser concretizada mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho (inciso XIII).

- Há a possibilidade excepcional de aumento da jornada do trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, desde que ocorra mediante negociação coletiva (inciso XIV).

Art. 7º, XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;



XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

- Não há obrigação de o repouso semanal remunerado ocorrer aos domingos: trata-se de uma preferência estabelecida pela CF/88 (inciso XV).
- A remuneração do serviço extraordinário pode ser mais do que 50% superior à do normal: trata-se de um valor mínimo estabelecido pela CF/88 (inciso XVI).
- O adicional de férias pode ser maior que 1/3 do salário normal: trata-se de um valor mínimo estabelecido pela CF/88 (inciso XVII).

Art. 7º, XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XXIV - aposentadoria;

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;

XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei;

XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

- O encargo do seguro contra acidentes de trabalho, por parte do empregador, não o exime de indenização ao empregado, se o empregador incorrer em dolo ou culpa (inciso XXVIII).

Art. 7º, XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

- A partir dos 14 anos uma pessoa já pode trabalhar, mas somente na condição de aprendiz. A partir dos dezesseis anos, pode realizar qualquer trabalho que não seja noturno, perigoso ou insalubre (inciso XXXIII).



Art. 7º, parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social.

- Por serem menos numerosos, procure memorizar os direitos que não foram estendidos aos trabalhadores domésticos, assim você saberá que os demais direitos previstos no art. 7º foram estendidos à tal categoria.

Assim, **não** foram estendidos aos trabalhadores domésticos os seguintes direitos:

- a) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;
- b) Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;
- c) Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;
- d) Proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;
- e) Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;
- f) Proteção em face da automação, na forma da lei;
- g) Ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;
- h) Proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;
- i) Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Liberdade de associação profissional ou sindical (art. 8º da CF/88)

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;



II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

- Princípio da **unicidade** da organização sindical: apenas um sindicato da mesma categoria profissional pode existir em uma mesma base territorial (inciso II).

Assim, a criação de sindicato é livre, mas não se trata de um direito absoluto, já que se faz necessário o registro do sindicato no órgão competente (inciso I), a definição de sua base territorial em área não inferior à de um município, além de ser vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa da mesma categoria (profissional ou econômica) na mesma base territorial (inciso II).

Art. 8º, III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

- Os sindicatos possuem a legitimidade para atuarem como substitutos processuais de suas categorias, **não sendo necessária prévia autorização** dos trabalhadores.

Cuida-se do direito de substituição processual.

Art. 8º, IV - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

- Contribuição confederativa x contribuição sindical

A contribuição confederativa é fundada no inciso IV do art. 8º, possui caráter facultativo (só é devida pelos trabalhadores filiados ao sindicato) e é **fixada em assembleia geral**.

Por sua vez, a contribuição sindical possui fundamento no final do art. 8º, inciso IV ("independentemente da contribuição prevista em lei") em conjunto com o art. 149 da CF:

Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

Assim, a contribuição sindical deve ser **fixada em lei**.



A CLT previa que a contribuição sindical possuía caráter compulsório a todos os trabalhadores, inclusive aos não filiados ao sindicato, tendo natureza de tributo, conforme entendimento do STF².

Entretanto, com as alterações ocorridas na CLT em razão do advento da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), a contribuição sindical não é mais obrigatória a todos os trabalhadores, mas somente àqueles que autorizem prévia e expressamente o seu recolhimento.

Art. 8º, V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

- Trata-se do princípio da **liberdade de inscrição sindical**, corolário do princípio da liberdade de associação previsto no inciso XX do art. 5º da CF/88.

Art. 5º, XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

[...]

Art. 8º, VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

- O direito de votar e ser votado nas organizações sindicais não se restringe aos trabalhadores filiados que se encontram na ativa: o aposentado filiado tem direito de participar das eleições e assembleias que ocorrem no âmbito das organizações sindicais, podendo votar e ser votado (inciso III).

Direito de greve (art. 9º da CF/88)

Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

- O direito de greve não é absoluto, já que haverá definição por lei dos serviços ou atividades essenciais, bem como do atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade (§ 1º).

² STF – RE 198.092.



Além disso, os abusos cometidos no exercício do direito de greve sujeitarão os responsáveis às penas da lei (§ 2º).

Garantia de participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos (art. 10 da CF/88)

Art. 10. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

- Notar que a participação assegurada é **tanto dos trabalhadores quanto dos empregadores**.

Garantia de eleição de representante em empresas com mais de duzentos empregados (art. 11 da CF/88)

Art. 11. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

- Aqui é importante memorizar o quantitativo "**duzentos**", aspecto abordado de forma recorrente em questões de concursos, geralmente na forma de pegadinha.

Geração dos direitos sociais. Reserva do possível. Mínimo existencial. Vedação ao retrocesso. Escolhas trágicas.

- Os direitos sociais são direitos de segunda geração, que impõem ao Estado uma "obrigação de fazer", uma obrigação de ofertar prestações positivas (ações) em favor dos mais necessitados, visando concretizar a igualdade material (valor-fonte igualdade).

Em razão de somente poderem ser concretizados com a execução eficiente de políticas públicas, bem como por estarem sujeitos à reserva do possível, os direitos de segunda geração possuem uma carga de eficácia menor que os direitos de primeira geração que, inclusive, dependem essencialmente de "obrigações de não fazer" do Estado.

- Teoria da reserva do possível

Consiste na ideia de que cabe ao Estado efetivar os direitos sociais, mas apenas "na medida do financeiramente possível", determinando, assim, os limites em que o Estado deixa de ser obrigado a dar efetividade aos direitos sociais, não sendo lícito ao Poder Público, por outro lado, simplesmente alegar genericamente que não possui recursos orçamentários: são imprescindíveis a demonstração objetiva da inexistência de recursos públicos, bem como a falta de previsão orçamentária da respectiva despesa.

- Teoria do mínimo existencial



Essa teoria preconiza que o Estado, em seu dever de concretizar os direitos sociais, deve garantir, pelo menos, as prestações essenciais ao ser humano que lhe assegurem uma existência digna – o mínimo existencial, que emana do postulado da dignidade da pessoa humana.

Assim, o mínimo existencial atua de forma a limitar a cláusula da reserva do possível, na medida em que os gastos públicos devem ser voltados, prioritariamente, a garantir o mínimo existencial e, somente após isso, o Estado poderá realizar outros investimentos.

Diante do exposto, a reserva do possível somente pode ser invocada pelo Estado após ele ter garantido o mínimo existencial.

- Princípio da vedação ao retrocesso

Preconiza que seja evitada a desconstituição das conquistas sociais já alcançadas pelo cidadão: tais conquistas passam a constituir tanto uma garantia institucional quanto um direito subjetivo, limitando o legislador e exigindo a realização de uma política condizente com tais direitos, sendo inconstitucionais quaisquer medidas estatais que, sem a criação de outros esquemas alternativos ou compensatórios, anulem, revoguem ou aniquilem o seu núcleo essencial³.

- "Escolhas trágicas" que o Poder Judiciário deve enfrentar na tutela dos direitos sociais

A concretização dos direitos sociais exige o dispêndio de recursos públicos, que são escassos e não são capazes de atender a todas as demandas.

Assim, ao atender a determinadas necessidades, o Estado acabará invariavelmente deixando de atender a outras, ou seja, estará sempre diante de um estado de tensão em que deverá realizar "escolhas trágicas" na concretização de direitos sociais.

- Precedente(s) e/ou entendimento(s) jurisprudencial(is) importante(s):

JURISPRUDÊNCIA

³ CANOTILHO, J.J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 7ª ed., Coimbra: Almedina, 2003, 11 reimp. p. 340.



Embora seja dos Poderes Legislativo e Executivo, de modo primário, a prerrogativa de formular e executar políticas públicas, é possível que o Poder Judiciário determine, excepcionalmente, que tais políticas sejam implementadas pelos órgãos estatais inadimplentes⁴.

Não é razoável exigir do Estado a imediata efetivação de direitos econômicos, sociais e culturais previstos na CF, quando comprovada de maneira objetiva a incapacidade econômico-financeira da pessoa estatal. Por outro lado, não pode o Poder Público manipular sua atividade financeira e/ou político administrativa de maneira a criar um obstáculo artificial para se esquivar de disponibilizar condições materiais mínimas de existência aos indivíduos⁵.

É lícito ao Poder Judiciário impor à Administração Pública que execute obras emergenciais em estabelecimentos prisionais (presídios) a fim de proteger os direitos fundamentais dos detentos, assegurando-lhes o respeito à sua integridade física e moral, dando efetividade ao postulado da dignidade da pessoa humana⁶.

■

⁴ STF – RE 436.996.

⁵ STF – ADPF 45.

⁶ STF – RE 592.581.



QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1. (Instituto AOCP/2022/FUNDASE-RN/Agente Socioeducativo) Os Direitos Sociais englobam a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, entre outros elencados na CF/88. De acordo com esse tema, assinale a alternativa correta.

- a) Nem todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, devendo ser primeiramente observada a legislação fiscal e orçamentária para tanto.
- b) Não é válida a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.
- c) Trabalhadores urbanos e rurais têm direito à proteção do salário na forma da lei.
- d) É permitida a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- e) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, excluindo-se as questões judiciais.

Comentários

Letra A - **incorreta**. O parágrafo único do artigo 6º garante a todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social o direito a uma renda básica familiar.

Art. 6º, Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa



permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária

Letra B - **incorreta**. O inciso XXXIV, artigo 7º da Constituição Federal, garante a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Art. 7º, XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Letra C - **correta**. Conforme inciso X, artigo 7º da Constituição Federal.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

Letra D - **incorreta**. O inciso XXX, artigo 7º da Constituição Federal, proíbe diferenciação de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

Art. 7º, XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

Letra E - **incorreta**. Conforme inciso III, artigo 8º da Constituição Federal, cabe ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

Art. 8º, III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

Gabarito: Letra C.

2. (Instituto AOCP/2022/MPE-RR/Técnico do Ministério Público) Ao realizar um estágio no MP RR, você assinou um contrato de estágio. Conforme o artigo 7º da Constituição Federal, a temporalidade para esse documento ficar arquivado é de

a) 120 meses.

b) 96 meses.



- c) 72 meses.
- d) 60 meses.
- e) 24 meses.

Comentários

A alternativa correta é a letra D, pois com base no inciso XXIX, artigo 7º da Constituição Federal, a ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho tem prazo prescricional de cinco anos, devendo, portanto, a documentação ficar arquivada durante esse período.

Art. 7º, XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;

Gabarito: Letra D.

3. (Instituto AOCP/2022/IFNMG/Técnico em laboratório) A Constituição Federal de 1988 prevê em seu texto alguns direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. Considerando o texto constitucional, assinale a alternativa que descreve corretamente um desses direitos.

- a) Irredutibilidade do salário, independentemente do disposto em convenção ou acordo coletivo.
- b) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.
- c) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- d) Jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- e) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em quarenta por cento à do normal.

Comentários

Vamos analisar as alternativas:

Letra a) **incorreta**. De acordo com o inciso VI do artigo 7º da Constituição Federal, a redutibilidade do salário pode ocorrer mediante convenção ou acordo coletivo.



Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

VI - irredutibilidade do salário, **salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo**;

Letra b) **correta**. A alternativa está de acordo com o previsto no inciso XXI do artigo 7º da Constituição Federal.

Art. 7º, XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

Letra c) **incorreta**. Conforme inciso XI do artigo 7º, da Constituição Federal, é um direito do trabalhador a participação nos lucros, ou resultados, mas desvinculada da remuneração.

Art. 7º, XI - participação nos lucros, ou resultados, **desvinculada da remuneração**, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

Letra d) **incorreta**. Conforme inciso XIV do artigo 7º, da Constituição Federal, é um direito do trabalhador a jornada de seis horas de turnos ininterruptos.

Art. 7º, XIV - **jornada de seis horas** para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

Letra e) **incorreta**. Conforme inciso XVI do artigo 7º, da Constituição Federal, é um direito do trabalhador a remuneração de serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à normal.

Art. 7º, XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

Gabarito: Letra B.



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas

1. Complete as colunas a seguir a respeito do rol de direitos sociais trazidos pelo art. 6º da Constituição Federal:

São direitos sociais a educação, a saúde, a ____ (a) ____, o trabalho, a moradia, o transporte, o ____ (b) ____, a segurança, a ____ (c) ____ social, a proteção à ____ (d) ____ e à infância, a assistência aos ____ (e) ____, na forma desta Constituição.

2. Qual a geração dos direitos fundamentais que predomina nos direitos sociais?

3. A lista de direitos sociais prevista no art. 6º da CF é exaustiva ou exemplificativa?

4. Fábio pediu demissão de seu emprego por livre e espontânea vontade. Nesse caso, possui direito a seguro desemprego?

5. Todos os trabalhadores têm direito ao salário-família?

6. Qual a relação entre a remuneração do trabalho noturno e a do diurno? E entre a do serviço extraordinário e a do normal?

7. O encargo do seguro contra acidentes de trabalho, por parte do empregador, o exime de indenização ao empregado?

8. É possível o trabalho de um adolescente de 15 anos?

9. O direito de greve é absoluto?

10. Em uma empresa com 180 empregados deve haver eleição de um representante destes para promover o entendimento direto com os empregadores?



Perguntas com respostas

1. Complete as colunas a seguir a respeito do rol de direitos sociais trazidos pelo art. 6º da Constituição Federal:

São direitos sociais a educação, a saúde, a ____ (a) ____, o trabalho, a moradia, o transporte, o ____ (b) ____, a segurança, a ____ (c) ____ social, a proteção à ____ (d) ____ e à infância, a assistência aos ____ (e) ____, na forma desta Constituição.

(a) alimentação	(b) lazer	(c) previdência	(d) maternidade	(e) desamparados
-----------------	-----------	-----------------	-----------------	------------------

2. Qual a geração dos direitos fundamentais que predomina nos direitos sociais?

Direitos fundamentais de 2ª geração, que impõem ao Estado uma “obrigação de fazer”, uma obrigação de ofertar prestações positivas (ações) em favor dos mais necessitados, visando concretizar a igualdade material (valor-fonte igualdade).

3. A lista de direitos sociais prevista no art. 6º da CF é exaustiva ou exemplificativa?

Trata-se de rol exemplificativo - há outros direitos sociais espalhados pelo texto constitucional¹.

4. Fábio pediu demissão de seu emprego por livre e espontânea vontade. Nesse caso, possui direito a seguro desemprego?

Não, o seguro desemprego só o devido em caso de desemprego involuntário (CF, art. 7º, II).

5. Todos os trabalhadores têm direito ao salário-família?

Não, apenas os de baixa renda, nos termos da lei (CF, art. 7º, XII).

6. Qual a relação entre a remuneração do trabalho noturno e a do diurno? E entre a do serviço extraordinário e a do normal?

A CF impõe apenas que a remuneração do trabalho noturno será maior que a do diurno (art. 7º, IX). Por sua vez, para a remuneração do serviço extraordinário e a do normal, estabelece que aquela será superior, pelo menos, em 50% à deste (art. 7º, XVI).

7. O encargo do seguro contra acidentes de trabalho, por parte do empregador, o exime de indenização ao empregado?

Não, se o empregador incorrer em dolo ou culpa (art. 7º, XXVIII).

¹ STF – ADI 639.



8. É possível o trabalho de um adolescente de 15 anos?

Sim, a partir dos 14 anos já é possível, mas somente na condição de aprendiz (art. 7º, XXXIII). A partir dos dezesseis anos, pode realizar qualquer trabalho que não seja noturno, perigoso ou insalubre.

9. O direito de greve é absoluto?

Não, já que haverá definição por lei dos serviços ou atividades essenciais, bem como do atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade (CF, art. 9º, § 1º).

Além disso, os abusos cometidos no exercício do direito de greve sujeitarão os responsáveis às penas da lei (CF, art. 9º, § 2º).

10. Em uma empresa com 180 empregados deve haver eleição de um representante destes para promover o entendimento direto com os empregadores?

Não, essa garantia só incide sobre empresas com mais de 200 empregados (CF, art. 11) – memorize esse número!



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.